

Contratransferência
Beatriz de León e Ricardo Bernardi
Buenos Aires: Editorial Polemos, 2000
Coleção Psicanálise e Saúde Mental
Série Eslabones¹

Contratransferência

Maria Vera Pompêo de Camargo Pacheco

A questão da contratransferência inclui-se na categoria dos conceitos fundamentais para a psicanálise, com repercussão direta e específica na prática clínica.

Freqüentemente tomada como um fenômeno simples, caracterizado apenas como resposta do analista à transferência do paciente, apesar de muito próxima da experiência cotidiana das sessões, a contratransferência raramente destaca-se entre as preocupações centrais do terapeuta com o processo analítico. Embora não se negue a necessidade de bem conhecê-la e a possibilidade de usá-la como instrumento para maior compreensão da problemática do paciente.

Contratransferência, de Beatriz de León e Ricardo Bernardi traz para o leitor a especial oportunidade de, por meio de um texto claro e linguagem acessível, repensar tal conceito. Pela via do percurso histó-

1. A série *Eslabones*, da coleção *Psicoanálisis y Salud Mental*, pauta-se pela escolha de temas básicos abordados a partir da multiplicidade de referenciais teóricos que compõem o conhecimento psicanalítico. Diferentes autores expõem suas idéias sobre conceitos fundamentais nesse campo, em ressonância com sua prática clínica. Reúnem-se nesta série de publicações uma rede de conceitos e referências básicas para o conhecimento da teoria psicanalítica, levando o público interessado a participar dos mais recentes debates nesse campo.

rico de diferentes correntes do pensamento psicanalítico, desde as primeiras idéias de Freud, os autores passam pela diversidade de postura de teóricos que, ancorados em suas práticas, discutiram a questão trazendo-nos importantes contribuições. Vão investigando a contratransferência em suas diversas facetas, desde os limites propostos por suas definições, sua origem, suas características e seus efeitos práticos.

Dois pontos de ancoragem orientam todo esse cuidadoso levantamento: a perspectiva histórica e a ligação com situações vividas na clínica que podem conduzir conclusões teóricas e fundamentar a prática.

Chegam finalmente ao painel das discussões atuais, onde permanece aberto grande número de questões que merece aprofundamento em trabalhos específicos, definidos pelas preocupações dos psicanalistas da atualidade.

Isso coloca o leitor, de imediato, em contato com as mais recentes opiniões, ao mesmo tempo em que o situa frente às origens e à dinâmica de cada corrente de pensamento.

Um capítulo inteiro do livro é dedicado ao desenvolvimento do conceito de contratransferência elaborado pelos analistas argentinos e uruguaios, o que apresenta grande interesse ao leitor brasileiro, considerando-se o papel relevante que a tradição psicanalítica do Rio da Prata, como a ela referem-se os autores, tem desempenhado em nosso meio brasileiro.

Abordam a evolução de um pensamento próprio da psicanálise do Rio da Prata, sobre o conceito de contratransferência, por meio de contribuições dos psicanalistas que trabalharam a questão. Colocam em destaque tanto a influência das idéias de onde partiram, como as influências mais recentes que os levaram a repensar conceitos e técnicas tradicionais, posicionando-os na categoria de interlocutores indispensáveis no desenvolvimento da teoria e da prática em psicanálise.

Preocupados em conduzir o trabalho afinando perfeitamente os exemplos clínicos de diferentes autores com suas posturas teóricas, conseguem produzir uma importante ressonância com a vivência de todos os que se dedicam à prática com pacientes.

Dessa forma o leitor vai tomando contato, pouco a pouco, com a complexidade das situações abrangidas pelo fenômeno da contratransferência, que encerra em sua sinuosidade algumas das longas discussões propostas pela psicanálise atual.

Nos dois primeiros capítulos, B. de León e R. Bernardi discutem os conceitos e fontes da contratransferência, assinalando que embora Freud não tenha discutido longamente o assunto, suas colocações serviram de referência a todos os estudos posteriores. Desde suas primeiras abordagens do tema, em 1910, no artigo “As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica”, e ainda em 1915, em “Observações sobre o amor transferencial”, considerou a contratransferência como um fenômeno originado nos conflitos neuróticos do paciente que são mobilizados na relação analítica pela via transferencial; são reações perturbadoras do processo terapêutico, que devem ser esclarecidas para permitir o desenvolvimento do trabalho.

Poucos anos depois, em 1919, S. Ferenczi e em 1926, H. Deutsch, abordaram outros aspectos da contratransferência, com o objetivo de aprofundar sua compreensão por meio de uma visão mais amplificada, considerações que, no entanto, não foram incorporadas ao contexto do saber psicanalítico da época.

Considerando a definição de Freud os autores também apontam a pertinência da ampliação de seu conceito, posteriormente estruturada por contribuições que marcaram o fato de a contratransferência não incluir apenas as reações inconscientes do analista, mas sim todo seu funcionamento mental. Muitos a consideram como expressão de fontes mais gerais, incluindo tudo o que caracteriza o analista: suas adesões teóricas e técnicas, fases de sua vida pessoal, relações com outros colegas etc. Esse conjunto de singularidades pessoais do analista aparece como respostas de formas entrelaçadas, e são tanto mais prejudiciais ao processo analítico quanto menos forem percebidas.

O conceito assim ampliado, e inclusive sua utilização em outros contextos fora da relação analítica, levou alguns autores, como P. Schneider (1986), a propor a utilização diferenciada do termo num sentido estrito e num sentido amplo, para que se estabeleça com clareza a extensão e o conteúdo da concepção de contratransferência em cada situação específica.

A partir do fim dos anos 1940 e início dos anos 1950, novas idéias, vindas da contribuição de M. Klein, passaram a influenciar mais diretamente a teoria psicanalítica, introduzindo novos conceitos, dando relevância às relações objetais e aos mecanismos de projeção, introjeção, identificação projetiva, que colocam o analista como depositário das fantasias inconscientes dos pacientes. Dessa forma, a noção de contratransferência também foi alvo de mudanças de perspectivas extremamente marcantes, fato ao qual Etchegoyen referiu-se em 1986, como sendo da ordem de uma mudança de paradigma na psicanálise.

Ao discutir essas mudanças teóricas e suas conseqüências na prática, os autores destacam a contribuição de H. Racker (1948), em Buenos Aires, que partindo de Freud e apoiando-se em M. Klein, trouxe nova dimensão à compreensão da contratransferência, que passou a ser vista como a totalidade da resposta do psicanalista ao paciente, e converteu-se num importante instrumento de investigação (de acordo também com P. Heimann).

Nessa oportunidade, Racker despontou como um autor de grande importância, tendo contribuído com uma opinião original. Seus trabalhos, nos informam B. de León e R. Bernardi, permanecem válidos na atualidade, propiciando continuamente novos estudos sobre as características das ocorrências contratransferenciais na relação analítica.

Passando pela contribuição de alguns psicanalistas expressivos que buscaram fundamentar as características dominantes em diferentes momentos do vínculo analista-paciente, os autores distinguem essas contribuições de Racker como uma das mais significativas na conceitualização da contratransferência.

Ao diferenciar contratransferência concordante e contratransferência complementar, Racker aborda, no primeiro caso, os processos positivos fundamentados na empatia e na compreensão do analista que permitem uma boa progressão da análise. São os mecanismos de projeção e introjeção a base para a compreensão da problemática. Por outro lado, na contratransferência complementar estabelecem-se os processos que funcionam como obstáculos ao trabalho, onde o analista imobiliza-se em identificações com objetos do mundo interno do paciente. Marcou o aspecto dinâmico da inter-relação com o paciente, adotando uma posição de síntese entre o pensamento original de Freud que a toma como manifestações dos núcleos de conflitos neuróticos do analista, a serem desvendados pela auto-análise, e a inclusão dos conceitos kleinianos de projeção e introjeção que leva ao reconhecimento do processo transferência-contratransferência como uma inter-relação instrumentalizável em proveito da compreensão do processo.

Cabe a Racker, como assinalam os autores, o mérito do pioneirismo e originalidade de um trabalho que propôs uma nova direção na compreensão da contratransferência, a partir dos anos 1950. Ao lado de analistas como Pichon Rivière, Bleger, Liberman, Baranger e outros, determinou pontos inteiramente novos na compreensão da relação analítica, assim como a presença de um intercâmbio subjetivo permanente entre paciente e terapeuta, a concepção de vínculo e a influência das questões próprias do analista no campo relacional.

Ele aprofunda a análise das características que estruturam as configurações contratransferenciais por meio de exemplos muito bem explorados, o que muito contribuiu para a utilização técnica desses elementos e proporcionou a abertura de debates (Etchegoyen, 1986, por exemplo).

B. de León e R. Bernardi, acrescentam ainda que a expressiva contribuição de Racker mantém-se válida ainda na atualidade, apresentando o grande valor de constituir-se como via de contínuas possibilidades de pesquisas com o objetivo de melhor caracterizar a contratransferência.

Várias polêmicas desencadearam-se suscitadas pela conceituação de Racker.

Os autores referem-se às colocações da psicologia do ego, que levantou a preocupação com a possibilidade do papel distorsivo da contratransferência. A contribuição de Arlow (1985), avalia a necessidade de distinções claras no uso da contratransferência em sua perspectiva mais ampla ou mais estrita e destaca que o paciente é um objeto real para o analista, assim como o analista o é para o paciente; não são apenas objetos da contratransferência e da transferência. Conseqüentemente, as respostas conscientes do analista para seu paciente não podem ser tomadas como reações contratransferenciais, o que ocorre somente nos momentos em que os objetos infantis do analista são mobilizados, afetando a relação analítica.

Nessa linha de abordagem, uma autora da atualidade, B. Joseph (1985), observa a importância dos aspectos não-verbais da comunicação, que também devem ser objetos de interpretação.

L. Grimberg (1956), deteve-se na preocupação com a contra-identificação projetiva, em função da observação de que muitos pacientes desencadeiam as mesmas reações contratransferenciais em diferentes analistas. São casos que ocorrem geralmente com pacientes graves onde as projeções massivas são determinantes nas reações contratransferenciais. A identificação projetiva prevalece de forma tal, que a contratransferência independe da conflitiva do psicanalista, o que é facilmente observável na clínica.

Na seqüência desse trabalho novas portas puderam abrir-se, como vias para pesquisas mais atuais que buscam, por exemplo, caracterizar as contratransferências desencadeadas por patologias específicas, como as esquizofrenias, a patologia *borderline* e os transtornos bipolares, Cabanne e Suárez (2000).

Outra questão que tem sido pensada mais recentemente, tendo-se reconhecido que os diferentes tipos de patologia condicionam no analista zonas de risco ou de vulnerabilidade contratransferencial, diz respeito à busca de meios para melhor operacionalizar essas situações na relação analítica.

Ao destacar as mais relevantes afirmações teóricas nesse campo, os autores chamam a atenção do leitor para as divergências mais importantes sobre a origem das respostas contratransferenciais inerentes à relação terapêutica.

Assinalam ainda a adequação de usar-se o termo contratransferência apenas para designar as características do analista que estão em efetiva inter-relação com as do paciente, tanto no sentido amplo como no sentido estrito do conceito, e que podem favorecer a percepção e a compreensão dos tipos de vínculos em jogo na relação.

B. de León e R. Bernardi analisam, nos capítulos seguintes, os diferentes elementos que marcam as relações contratransferenciais, imprimindo-lhes características específicas em determinados momentos do processo terapêutico, relacionando-os com os resultados que vão se definindo de acordo com a utilização que o analista possa fazer de sua compreensão e superação de impasses por meio da contratransferência como instrumento.

Citam alguns dos trabalhos mais expressivos, como o de Álvarez de Toledo (1954), dando atenção a outros aspectos da comunicação na relação analítica, como as palavras, as entonações de voz, as reações corporais etc., que integram os aspectos semânticos, sintáticos e pragmáticos da comunicação, retomado posteriormente por Liberman (1976), que considerou a contratransferência na perspectiva de uma interação comunicativa global, dentro da experiência psicanalítica. Esse caminho permitiu-lhes pensar na questão temporal do processo e compreender os diferentes momentos da inter-relação paciente-terapeuta.

Em trabalhos mais recentes, de León (1993, 1996) diferenciou aspectos manifestos e aspectos latentes na contratransferência, esclarecendo os momentos em que o intrincamento das vivências psíquicas de ambos os participantes da relação interfere na neutralidade do analista e em sua posição assimétrica frente ao paciente, o que só pode ser recuperado após o desvendamento dos fatos ocorridos. A apresentação

cuidadosa de exemplos clínicos pertinentes amplifica bastante nossa compreensão e reforça a idéia da necessidade de um trabalho de elaboração constante do analista.

Embora reconhecendo que outros analistas trouxeram amplas contribuições sobre a contratransferência, como parte de obras mais abrangentes, B. de León e R. Bernardi assinalam a impossibilidade de abordá-los nesse trabalho, a não ser como pontos referenciais.

Os dois últimos capítulos reservam ao leitor um interesse muito especial, na medida em que os autores abordam, em forma de síntese, os pontos que consideram essenciais no percurso evolutivo da teoria e da técnica depurada do conceito de contratransferência, à luz da confrontação e do diálogo com os demais autores da área.

Como vimos, até o final dos anos 1940, a contratransferência pouco afastou-se das noções já postuladas por Freud, mas foi, contudo, durante as décadas de 1950 e 1960, que esse tema mobilizou grande interesse nos meios psicanalíticos argentinos e uruguaios, fortemente baseados nos conceitos kleinianos.

Segue-se, durante os anos 1970, um decréscimo na atenção à contratransferência, motivado especialmente por dois aspectos: o exagero de sua utilização, levando ao risco do analista fundamentar sua compreensão e suas interpretações, muito mais na contratransferência do que na sua escuta do paciente, estabelecendo uma relação de autoridade e limitando sua própria liberdade dada pela atenção flutuante. O outro aspecto relacionou-se à influência dos enfoques lingüísticos do estruturalismo e das idéias de Lacan.

Passou a haver na psicanálise argentina e uruguiaia um interesse crescente pelo pensamento de autores franceses, Lacan, em especial, tal como assinala de León (2000). Para Lacan, o analista não pode imobilizar-se ocupando o lugar de suposto saber e de onipotência; deve-se buscar que o paciente enfrente uma situação de alteridade essencial.

Cabe aqui notar ainda que B. de León e R. Bernardi esclarecem que o debate atual sobre as questões da contratransferência não se dá apenas na interlocução com Lacan, mas também com outras correntes de pensamento como, por exemplo, a psicologia do ego, nos Estados Unidos. Citam também a polêmica entre A. Green e Th. Jacobs no Congresso de Amsterdam em 1993, que abriu outras frentes de questionamento.

Dessas novas direções no conhecimento teórico, naturalmente surge a necessidade de novos debates sobre a prática clínica e sobre a aceitação das mudanças na utilização tradicional da contratransferência.

Pela observação dos autores, ainda existe um grande caminho a percorrer no debate sobre as divergências de posturas dos diferentes psicanalistas e, sobretudo, empreender-se melhor exploração de materiais clínicos que permitam a estruturação de uma base sólida de argumentos comuns.

Finalmente relacionam, em forma de síntese, os pontos que consideram essenciais na evolução do conceito de contratransferência, pelo debate com outros teóricos, assinalando as vantagens e desvantagens de cada ponto de vista: a que permanece mais próxima aos conceitos kleinianos e a que, propondo uma revisão da metapsicologia freudiana, amplia a possibilidade da livre associação do paciente.

Apontam a utilidade do conceito contratransferencial, tanto no sentido amplo como no sentido estrito, para que se compreenda os meandros da relação paciente-analista, mas observam que essa via não pode ser tomada incondicionalmente, ou a partir de uma posição unilateral, sob o risco de enrigecer e limitar a compreensão do processo. Os momentos mais fecundos da contratransferência revelam-se quando os conflitos inconscientes do analista o submergem na problemática do paciente desencadeando reações contratransferenciais que o surpreendem, e que após serem esclarecidos promovem a superação dos obstáculos ao processo analítico.

É preciso destacar ainda que os autores mostram que essas reações compõem um problema único, em ressonância com os conflitos do paciente, e cuja solução depende de ambos os personagens da cena analítica.

Ao longo de todo o trabalho fica bastante claro que a contratransferência pode ser vista como um obstáculo ou como um instrumento de intervenção na clínica e que tanto sua utilização, como a própria forma como será utilizada, é inseparável da posição teórica adotada, especialmente no que se refere à sua origem, incluindo ou não a problemática do terapeuta como participante do processo.

Vale marcar que o espaço transferencial-contratransferencial é mostrado sem dúvida, “como um campo privilegiado para a observação das mudanças psíquicas”, que na realidade somente ocorrem num contexto inter-relacional.

O mais interessante nessa abordagem é o quadro panorâmico que vai se descortinando ao leitor, expondo conceitos e debates do momento atual a respeito das questões mais relevantes da contratransferência, e delineando vias para novas pesquisas.

No próprio dizer dos autores, o debate não está encerrado e o que importa é mantê-lo vivo, confrontando-se diferentes pontos de vista e, especialmente, procurar apoio na experiência clínica que possa promover trocas, fundamentando argumentações em busca de pontos em comum para o desenvolvimento teórico e prático desse fenômeno de tanta importância na relação psicanalítica.

Podemos dizer que esse livro tira a contratransferência da banalização a que muitas vezes ficou relegada nos meios psicanalíticos, apesar de ser reconhecida como parte integrante e fundamental da situação analítica.